

Brasil: avanço no período pré-crise

(Fernando Dantas e Wilson Tosta)

Agência Estado

Rio - Último retrato do Brasil antes da crise mundial, iniciada em setembro do ano passado, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2008 mostra o País no auge de uma fase de avanços iniciada em 2004. Houve recorde histórico na criação de empregos formais e continuidade na redução da desigualdade, no aumento da escolarização de jovens e na redução do trabalho infantil. Mas, a amostra também revela que caiu o ritmo do encurtamento de distâncias entre as faixas de renda, resistência da taxa de analfabetismo - que subiu no Sudeste - e, em alguns Estados, queda na proporção de crianças matriculadas na escola. A sondagem, divulgada hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também informa que, pela primeira vez, a soma de pardos e negros já é a maioria da população (50,6%), mas caiu tanto a parcela de brasileiros que se assumem como negros quanto a dos brancos.

Taxa média de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos subiu para 97,3% no ano passado

“A desigualdade continua caindo. A velocidade, como já era de se esperar, não se manteve no ritmo em que se encontrava. O que se observa é que o nível médio de renda de todos os grupos da população cresceu, e com queda da desigualdade”, afirmou o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes.

Na PNAD 2008, a taxa de desemprego de 7,1% registra a maior baixa desde 2001, o aumento do número de carteiras assinadas foi de 2,1 milhões, ou 7,1%, e há um grande aumento tanto da população economicamente ativa quanto da população ocupada - neste último caso, de 2,5 milhões, ou 2,8%.

A renda média, por sua vez, prossegue no processo de ampliação iniciado em 2004, e a desigualdade cai pelo sexto ano consecutivo (e até pelo décimo, no caso da renda domiciliar), mas ainda não foi o suficiente para fazer o trabalhador brasileiro retornar ao patamar alcançado em 1998. Na renda do trabalho, há uma desaceleração no ritmo de crescimento e de queda da desigualdade, na comparação com 2007 e outros anos precedentes.

O economista Ricardo Paes de Barros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), especialista em política social, ficou animado com os resultados. “A primeira impressão é de que só tem notícia boa: a desigualdade cai, a renda sobe, o desemprego cai, a participação no mercado de trabalho sobe; parece ser tudo o que todo mundo pediu a Deus, uma melhora generalizada na qual os pobres ganharam ainda mais que os outros”, diz, ressaltando que ainda não analisou os dados de forma mais aprofundada.

Ex-presidente do IBGE, o economista Sérgio Besserman constata que o quadro traçado pela Pnad 2008 reflete “o pico de um ciclo que acabou com a crise”. E pondera que o avanço econômico, puro e simples, não garante melhorias na desigualdade “Falta uma política estruturante de distribuição do conhecimento”, comenta.

Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta o fato de que a renda domiciliar (total e per capita), que é um indicador mais acurado do bem-estar dos pobres, manteve o ritmo de melhora, tanto de crescimento quanto de queda da desigualdade. Segundo os cálculos de Marcelo Neri, a pobreza caiu 12% em 2008, um pouco acima da queda média anual desde 2004, de 11%.

Na educação, a PNAD mostra o aumento de 97% para 97,5% na proporção de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos frequentando a escola, dado que se conjuga com a queda no trabalho infantil - de 2007 para 2008, quase 400 mil jovens de 5 a 17 anos deixaram de trabalhar. Nos dois casos, porém, os índices se mostraram com distorções e desigualdades.

Em seis Estados - Roraima, Santa Catarina, Pernambuco, Alagoas, Goiás e Rio Grande do Norte - houve redução na proporção de jovens matriculados na escola. E o trabalho dos mais jovens, com idades de 5 a 9 anos, passou de 1% para 0,9% de um ano para o outro. “Não caiu nada”, criticou a professora Rosana Morgado, da Escola de Serviço Social UFRJ.

Cresce o analfabetismo na Região Sudeste

Rio (AE) - De 2007 para 2008, a proporção de analfabetos no Brasil praticamente não caiu, segundo a PNAD 2008, passando de 9,3% para 9,2% em números gerais, e indo, entre os homens, de 9,6% para 9,4%, e mantendo-se em 9% no sexo feminino. Na faixa de 15 anos ou mais, a situação é a mesma, com a proporção de analfabetos passando de 10,1% para 10%. Concentrou-se, porém, entre os mais velhos. Enquanto os jovens de 15 a 17 anos e de 17 a 24 mantiveram os mesmos índices de um ano para o outro - 1,7% e 2,2%, respectivamente -, no grupo de 18 ou mais se manteve acima de

10%, passando de 10,7% para 10,6%. Entre os pesquisados com idade de 25 anos ou mais, embora tenha havido queda, concentra-se a maior proporção de brasileiros que não sabem ler nem escrever. De 12,6% em 2007, passou para 12,4% em 2008.

Uma surpresa negativa da pesquisa foi a Região Sudeste, a mais desenvolvida do País, onde o analfabetismo aumentou, indo de 5,3% em 2007 para 5,4% em 2008. A variação ocorreu na faixa mais jovem, de 10 a 14 anos, na qual a proporção de analfabetos foi de 0,9% para 1,3%, um aumento de 0,4 ponto porcentual, e no grupo de 18 anos ou mais, de 6,1% para 6,2%. Na de 15 a 17 caiu (0,8% para 0,7%) e nas demais se manteve em 5,8% (15 anos ou mais) e 7,1% (25 anos ou mais). Por sexo, houve aumento entre os homens (4,8% para 4,9%) e estabilidade entre as mulheres (5,8%). A outra região onde houve aumento foi a Centro-Oeste, de 7,3% para 7,4% no total. No Sul do País, o quadro ficou estável: em 2007 e 2008, 5% dos habitantes se disseram analfabetos. Mas houve troca de posições: os homens foram de 4,5% para 4,7%, e as mulheres de 5,5% para 5,4%.

O presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, ressaltou que a queda no analfabetismo tem se dado predominantemente nas faixas mais jovens e nas regiões mais pobres, como o Nordeste, com programas de educação para jovens e adultos. “Então, por que a taxa de analfabetismo não cai na mesma velocidade?”, perguntou “Em uma população com tendência ao envelhecimento cada vez maior, nesse contingente que cada vez vive mais estou trazendo também todos aqueles que no passado eram analfabetos. Consequentemente, o baixo nível de instrução da população que hoje é mais idosa e no passado, quando jovem, era analfabeta, continua presente na população brasileira.”

Taxa de escolarização recua no RN

Dos indicadores que compõem a PNAD, a Educação decepcionou. No Rio Grande do Norte e em outros cinco estados, a taxa de escolarização caiu, apesar de, no geral, ter crescido de 97% em 2007 para 97,5% em 2008 entre alunos de 6 a 14 anos, e de 82,1% para 84,1% na faixa de 15 a 17, repetindo uma tendência de avanço da escolaridade entre os mais jovens, mas que, na pesquisa, se apresenta em um cenário contraditório. Em números absolutos, caiu a quantidade de estudantes na faixa mais jovem, de 30,227 milhões para 29,7 milhões. O aumento na proporção de matriculados com queda no número absoluto se explica, diz o IBGE, pelo envelhecimento da população. Apesar do crescimento proporcional, no ano passado 762 mil jovens dessa faixa não estavam na escola. No ano anterior, eram 930 mil. No grupo etário seguinte, houve crescimento até nominal: de 8,358 milhões de jovens, foi-se para 8,655 milhões, mais 297 mil, na idade do Ensino Médio.

Também houve aumento na taxa de escolarização das crianças de 4 e 5 anos, de 70,1% em 2007 para 72,8% em 2008. Em números absolutos, mais 73 mil crianças desse grupo etário entraram na escola no período, indo de 4,124 milhões para 4,197 milhões de estudantes. Nas demais faixas etárias, houve queda: de 30,9% (7,3 milhões) para 30,5% (7,082 milhões) de 18 a 24 anos, e de 5,5% para 5,3% (5,83 milhões para 5,771 milhões) para 25 anos ou mais. Para técnicos do IBGE, porém, o recuo nessas faixas não é negativo: os brasileiros estariam passando a frequentar a escola nas faixas etárias “corretas”, com a redução na defasagem idade-série.

O processo explicaria o crescimento da proporção de matrículas de mais jovens - que permaneceriam mais tempo no ensino - e redução na proporção de alunos mais velhos (já que menos estudantes entrariam nas faculdades depois do “tempo” correto). “Só vou entender a queda do trabalho infantil se eu entender os avanços da educação”, disse o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes. “Vou medir esse avanço por meio do aumento da taxa de escolaridade da população em idade escolar.”

Para a professora Patrícia Cursino, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), há no Brasil mudanças culturais, com um valor dado à escola que, no passado, não existia. “Você vê, em qualquer lugar do País, no interior, mandarem as crianças para a escola”, afirma. A professora também destaca que algumas ações do governo federal ajudam a manter as crianças na escola. Ela lembrou que existem programas estatais de apoio ao ensino, fornecimento de livros e até uniformes aos alunos. “A despesa para manter o filho na escola pública hoje é pequena”, afirmou. “E o Bolsa Família pode até ser questionado, mas, para recebê-lo, o aluno precisa estar na escola.”

Em todas as regiões, houve incremento da escolarização dos jovens de 6 a 14 anos. O melhor índice foi o do Norte, de 95,1% para 96,1%, de 2007 para 2008 - um ponto porcentual de aumento. Nordeste e Sul vieram em seguida, com avanço de 0,5 ponto (respectivamente, de 96,8% para 97,3% e de 97% para 97,5%). No Sudeste, o incremento foi de 0,4 ponto porcentual (97,7% para 98,1%) e no Centro-Oeste foi de 96,9% para 97,1% - apenas 0,2%. No Norte, aumentou em seis dos sete Estados que compõem a região. O melhor resultado foi o do Acre, onde a taxa de escolarização cresceu 3,2 pontos porcentuais, de 91,4% para 94,6%. Em Roraima, houve recuo: menos 1,3 ponto porcentual, de 97% para 95,7%.

Cinco outros Estados brasileiros apresentaram redução na taxa de escolarização de estudantes de 2007 para 2008. Imediatamente atrás de Roraima, surpreendentemente, apareceu Santa Catarina, com queda de 1,2 ponto no indicador, que passou de 98,4% para 97,2%. Depois, vem Alagoas, de 95,2% para 94,6% (menos 0,6 ponto porcentual), Goiás (96,9% para 96,6%, menos 0,3 ponto), Pernambuco (96,8% para 96,6%, queda de 0,2 ponto) e Rio Grande do Norte (97,2% para 97,1% - menos 0,1 ponto). O presidente do IBGE admitiu que o caso catarinense pode ter ocorrido devido a alguma questão estatística, já que residências diferentes foram visitadas nas PNADs 2007 e 2008.

